

Arquitectura Popular: Tradição e Vanguarda / Tradición y Vanguardia.¹

Recensão

Manuel Villaverde Cabral²

Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Lisboa, Portugal

O tema abordado é claramente enunciado no título e a colectânea coordenada por Paula André e Carlos Sambricio insere-se num conjunto bibliográfico já relativamente abundante entre nós.³ A presente colectânea tem, pois, como objecto relacionar a chamada arquitectura popular com a vanguarda arquitectónica difundida a partir do movimento modernista internacional, com referência em particular a Portugal e Espanha no século XX. Entre nós, o primeiro texto que abordou o tema, ainda que indirectamente, terá sido um pequeno artigo do arquitecto Victor Palla intitulado «O lugar da tradição», publicado há 70 anos⁴, onde o futuro co-autor do foto-livro Lisboa – cidade triste e alegre (1959), procurava reconstruir a noção de «tradição» manipulada pelo regime ditatorial português de então contra o modernismo no sentido de conceber a «tradição» não como algo estático e intocável, mas sim como um momento evolutivo e inspirador do processo de modernização da arquitectura.

Não é possível, no espaço de que disponho, comentar aprofundadamente as breves apresentações dos coordenadores e os sete textos individuais deste volume bilingue. Anote-se, contudo, a convergência da maioria dos autores ao assumirem a polissemia da noção de arquitectura popular ora como regional, tradicional ou rural; ou ora ainda, mais recentemente, como vernacular, isto é, caracterizada pelo anonimato *versus* a autoria. Em suma, a arquitectura popular seria distinta mas não necessariamente oposta à erudita na medida em que ambas teriam em comum a sua base funcional e adaptada aos materiais construtivos e às circunstâncias da construção.

Os dois primeiros textos – de Paulo Simões Rodrigues sobre Portugal e de Eric Storm sobre Espanha – fornecem o «background» histórico desse confronto entre a arquitectura vernacular e a erudita. Com efeito, antes mesmo da eclosão da arquitectura moderna na sequência das vanguardas artísticas das décadas de 1910 e '20, já essa confrontação emergira do discurso político-intelectual sobre a identidade nacional e da própria pesquisa etnográfica, contribuindo para a busca de «estilos nacionais» que caracterizariam e preservariam a «alma da nação». Tal chegou a acontecer com o «neo-manuelino» em Portugal e com estilos «historicistas» equivalentes em Espanha, vindo a dar origem a propostas como a «casa portuguesa» de Raul Lino, a qual acabou por chocar com as primeiras experiências arquitectónicas modernizadoras já no Estado Novo. Entretanto, a comparação que os dois textos citados permitem fazer entre Portugal e Espanha mostra que, se é exacto que as tendências portuguesas são paralelas às espanholas, já o movimento em Espanha era bastante mais intenso e possuía bases materiais muito mais sólidas.

Por seu turno, o importante texto de Paula André intitulado «Etnogenia, fotogenia, etnologia» vai abordar a bibliografia e a documentação, nomeadamente fotográfica, existentes sobre a arquitectura popular em Portugal

¹ André, P., Sambricio, C. (2016) *Arquitectura Popular: Tradição e Vanguarda / Tradición y Vanguardia*, Lisboa: DINÂMIA'CET-IUL.

² [mvillaverdecabral14@gmail.com](mailto:mwillaverdecabral14@gmail.com)

³ Tanto do lado da arquitectura, nomeadamente Pedro Vieira de Almeida e Helena Maia (ver citação final), como da antropologia (João Leal, «Arquitectos, engenheiros, antropólogos: estudos sobre a arquitectura popular no século XX português, Fundação Marques da Silva, Porto, 2008).

⁴ V. Palla, «O lugar da tradição», *Arquitectura* (2.ª série), n.º 28 de Jan.º de 1947.

na primeira metade do século XX, dando particular atenção à investigação do antropólogo Jorge Dias (formado na Alemanha durante o período hitleriano, viria a falecer em 1973) e da sua equipa, bem como do geógrafo Orlando Ribeiro, os quais colaboraram activamente no Congresso Internacional de Geografia realizado em Lisboa em 1949 a propósito do qual publicaram ampla informação ilustrada. Porém, se é exacto que um colaborador do grupo de Jorge Dias como Fernando Galhano iniciara desde 1926 a produção de desenhos e fotos sobre a arquitectura popular, não é menos certo que os grandes livros abundantemente ilustrados dos sobreviventes dessa equipa sobre as actividades rurais e marítimas populares só foram publicados por eles depois do 25 de Abril pela Imprensa Nacional num contexto histórico e arquitectónico completamente diferente.

Em contraste com as concepções nacionalistas de Jorge Dias e de Orlando Ribeiro, que mantiveram nos anos ‘40 ligações ao SNI de António Ferro e à sua campanha de «ressurgimento étnico» ligada à criação do futuro «Museu de Arte Popular», a autora evoca o papel da imagem fotográfica – por assim dizer, objectivista – no grande inquérito à habitação rural realizado pelo Instituto Superior de Agronomia⁵, cujos primeiros volumes funcionaram na altura como um «contra-discursos» oposto à propaganda do regime. Segundo as pesquisas de Paula André, os Arquitectos apenas vão entrar nesse debate no pós-guerra, sendo de citar as significativas palavras de um jovem aluno da Escola de Belas-Artes do Porto, concretamente em 1945: «A arte moderna não é uma criação artificial mas vem em consequência do desenvolvimento da cultura, da técnica, da indústria do nosso tempo... Entre nós... está ainda muito balbuciante: anda-se muito em volta dos “manuelinos”, dos “pombalinos”, dos “raulinos”!» No mesmo ano, Fernando Távora, num artigo sobre «O problema da casa portuguesa», preconiza a promoção de estudos tanto populares como eruditos numa linha timidamente funcionalista. No ano seguinte, Keil do Amaral advoga na revista *Arquitectura* um tal inquérito como «uma iniciativa necessária».

Finalmente, em 1955, Távora faz um modesto ensaio de inquérito às expressões e técnicas arquitectónicas tradicionais portuguesas no âmbito da Exposição Magna da ESBAP, onde foi também exibida abundante documentação fotográfica coordenada por Keil do Amaral nos anos ‘50 e que levará mais tarde ao lançamento dessa obra famosa que é hoje o *Inquérito à Arquitectura Popular* publicado em 1961 pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos. Neste percurso se encontraria, tanto para a autora como para outros pesquisadores mencionados de início, um elo virtuoso de ligação entre o estudo da arquitectura vernacular então ainda sobrevivente e a consagração do estilo erudito moderno.

Ao pormenorizado texto de Paula André sobre Portugal corresponde, de algum modo, o artigo sobre a experiência espanhola do outro coordenador desta colectânea, Carlos Sambricio, com um título algo paradoxal pedido de empréstimo a Ortega y Gasset mas, neste caso, claramente programático: «*Tradición significa cambio*»! Desde logo, Sambricio coloca o problema no contexto do primeiro pós-guerra e, concretamente, da crise da construção popular em sentido não só vernacular mas também da habitação urbana. Segundo ele, foi a indústria da construção civil e a engenharia que responderam à emergência socioeconómica da crise, ao mesmo tempo que haverá da parte da ditadura do General Primo de Rivera (1923-1930) uma actuação estatal muito mais firme do que em Portugal, com uma exposição e concurso sobre a «Casa Regional» em 1926 e a reforma dos estudos de Arquitectura, até à Exposição de Sevilha em 1929, tudo isto sob a nostalgia do «popular» e/ou do «histórico»...

Pelo seu lado, antecipando o que sucederia mais tarde em Portugal, Sambricio debate-se com a interrogação tipicamente corporativa dos arquitectos modernistas acerca daquilo que estes designam por «sinceridade arquitectónica», desdobrada em Espanha em debates acesos sobre «a verdadeira e a falsa arquitectura popular» evocadas a propósito do exemplo de Ibiza de uma «arquitectura sem arquitectos». Entretanto, o Estado espanhol – com o advento da República democrática (1931) – continua a ter neste campo uma actuação sem medida comum em Portugal até à consolidação do Estado Novo, com a criação dos «*paradores*», dos quais o SNI se inspiraria até ao famoso pavilhão na Exposição de Paris já durante a Guerra Civil (1937), onde a Espanha republicana pretende apresentar a «*realidad de un pueblo*» distinta das imagens «folcloristas».

⁵ Cf. Lima Basto & Henrique de Barros, ISA, 1943 e 1947, sendo o terceiro volume proibido pela Ditadura e apenas reconstituído em 2102 por Fernando Oliveira Baptista e editado pela Imprensa Nacional.

Sem prejuízo dos textos que ficaram por analisar, é possível concluir que Carlos Sambricio não só não contradiz como vai mais longe do que Paula André ao afirmar que já então «*vanguardia y arquitectura popular constituían – tras algo más de 30 años de reflexión – no un binómio sinó una única forma de pensar la arquitectura*». Na minha opinião, contudo, esta conclusão, que se abona no «realismo crítico» de um Kenneth Frampton e se estenderia de Alvar Aalto a Siza Vieira, carece ainda de uma demonstração cabal que não se arrisque a ser tomada como especulação retrospectiva e metafórica, embora haja autores portuguesas que defendem em Portugal ideias próximas das de Sambricio sobre o elo virtuoso entre arquitectura popular e arquitectura moderna, como Pedro Vieira de Almeida e Helena Maia.⁶

⁶ Cf. <http://www.ceaa.pt/wp-content/uploads/2012/11/PVA-and-the-Survey.pdf>